

POLÍTICA

EFEITO BOLSAS

QUARTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1997

PÁGINA A4

FH apresenta pauta mínima contra crise

José Paulo Lacerda/AE



Com Marco Maciel: "Momento não é para cobranças e queixumes"

“Há momentos em que o sentimento de urgência pede firmeza do governante. A história não perdoa a quem vacila ou posterga decisões. Tive de tomar decisões duras para assegurar o

real e a confiança nele.”
Fernando Henrique Cardoso

“O governo está administrando com absoluta tranquilidade a situação e faz grande esforço para baixar as taxas de juros. Mas acho que todos devemos colaborar, inclusive o Congresso.”
Antônio Carlos Magalhães

Em reunião com líderes, presidente lista cinco itens que quer ver votados até dezembro: reforma administrativa e primeiro turno da Previdência, renovação do FEF e da CPMF e criação do Sistema de Financiamento Imobiliário

TÂNIA MONTEIRO
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ontem ao Congresso uma lista de cinco reformas e votações que o governo considera fundamentais para enfrentar a situação criada pela crise mundial das bolsas. Ele quer, até dezembro, a aprovação da reforma administrativa, a renovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e pelo menos a votação em primeiro turno, na Câmara, da reforma da Previdência como veio do Senado.

Hoje o Senado vota o primeiro turno da emenda que prorroga o FEF até 1999. O segundo turno da reforma administrativa deverá ser votado quarta-feira, dia 12. O calendário foi apresentado com argumentos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, numa reunião de mais de duas horas, no Palácio do Planalto, com os líderes das bancadas governistas e os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

Kandir argumentou que a aprovação das reformas previdenciária e administrativa proporcionará uma economia de R\$ 180 bilhões nos próximos dez anos. Na abertura da reunião, Fernando Henrique fez, em discurso transmitido pela TV, um apelo ao Congresso pela aprovação das reformas e novas críticas à oposição, que, na sua opinião, não ajudou a combater a inflação.

Para tentar cumprir essas metas, ACM, segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, prontificou-se a fazer um esforço redobrado: realizar sessões extraordinárias nos dois próximos meses e trabalhar até sábados e domingos. A idéia teve o endosso do presidente da Câmara. Dessa forma, o governo guarda na manga a carta da convocação extraordinária do Congresso em janeiro. A convocação só ocorrerá se for necessária ou se der oportunidade, por exemplo, de uma votação em segundo da reforma da Previdência.

A estratégia do governo para enfrentar a crise está baseada na in-

dicação de que as reformas continuam e o Palácio do Planalto trabalha para que isso seja percebido pela sociedade e pelos investidores estrangeiros, informou um assessor do presidente.

Criticas — Em apenas dez minutos de pronunciamento, Fernando Henrique criticou a oposição pela falta de apoio no combate à inflação na época do governo Itamar Franco e pela posição contrária à aprovação das reformas em seu governo. Ao garantir que não tem outro pensamento que não seja defender o interesse do País, o presidente acusou “alguns ouvidos surdos” de ver, “em qualquer bom propósito, manobra eleitoral”. Estiolam-se em conjecturas vãs os que não têm a grandeza para admitir que se um presidente, a menos de um ano das eleições, pede austeridade e leva a economia ao sacrifício da alta de juros, ele o faz porque crê no Brasil, confia no povo e no patriotismo dos senhores que sustentam o governo.”

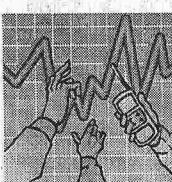
Contrariando uma de suas principais características, falar de improviso, Fernando Henrique leu o discurso preparado cuidadosamente na segunda-feira. A principal preocupação era mostrar à opinião pública as medidas tomadas pelo governo para impedir a desvalorização do real. Usando frases

de efeito, ele cobrou “entendimento” entre Executivo e Legislativo para a aprovação das reformas.

“Quando os interesses do País e do povo estão ameaçados, o sentimento de urgência e a firmeza das decisões devem marcar o comportamento dos governantes, sejam eles do Executivo ou do Legislativo”, afirmou Fernando Henrique. “A História não perdoa quem vacila, nesses momentos nem quem posterga decisões.”

Para não acirrar os ânimos dos parlamentares e tentar aprovar em dois meses as duas reformas que se arrastam há três anos no Congresso, o presidente evitou cobranças públicas. “O momento não é para cobranças, para queixumes”, disse. “Nós já fizemos muito juntos, e convém neste momento repetir que nós fizemos muito juntos.”

A A íntegra do pronunciamento de Fernando Henrique na reunião está na página A6. Mais sobre o efeito bolsas na páginas A6, A7 e A8 e no caderno de Economia



PROPOSTA É
TRABALHAR
ATÉ NOS FINS
DE SEMANA